FACULDADE DO BAIXO PARNAÍBA
CURSO DE PEDAGOGIA

GERLANE DO DESTERRO LOURENÇO SOUSA
MARIA DAS GRAÇAS RODRIGUES DOS SANTOS
MARIA JOSÉ DA COSTA NASCIMENTO

CONTRIBUIÇÃO DO PEDAGOGO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Chapadinha
2013

GERLANE DESTERRO LOURENÇO SOUSA
MARIA DAS GRAÇAS RODRIGUES DOS SANTOS
MARIA JOSÉ DA COSTA NASCIMENTO

CONTRIBUIÇÃO DO PEDAGOGO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia da Faculdade do Baixo Parnaíba – FAP, como requisito para a obtenção do grau de licenciadas em Pedagogia.

Orientadora: Profª. Enir Ferreira Lima.

Chapadinha
2013

Sousa, Gerlane do Desterro Lourenço.

Contribuição do pedagogo na educação infantil/Gerlanne do Desterro Lourenço Sousa; Maria das Graças Rodrigues dos Santos; Nascimento, Maria José da Costa Nascimento. – Chapadinha, 2013.

49 f.

Monografia (Graduação em Pedagogia) – Curso de Pedagogia, Faculdade do Baixo Parnaíba, 2013.

1. Pedagogo 2. Pedagogia 3. Educação infantil 4. Contribuição I. Santos, Maria das Graças Rodrigues dos II. Nascimento, Maria José da Costa III. Título.

CDU 373.2

GERLANE DESTERRO LOURENÇO SOUSA
MARIA DAS GRAÇAS RODRIGUES DOS SANTOS
MARIA JOSÉ DA COSTA NASCIMENTO

CONTRIBUIÇÃO DO PEDAGOGO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia da Faculdade do Baixo Parnaíba – FAP, como requisito para a obtenção do grau de licenciadas em Pedagogia.

Orientadora: Profª. Enir Ferreira Lima.

Aprovada em:____/____/_____

BANCA EXAMINADORA

_____
Profª. Enir Ferreira Lima (Orientadora)
Especialista em Gestão e Supervisão
Faculdade do Baixo Parnaíba – FAP

_____
1º Examinador

_____
2º Examinador

“[...] o pedagogo não é mais quem serve de pajem da criança nem é o motorista que leva a criança à escola. Ele é quem lida com os meios intelectuais e técnicos que possibilitam o ensino e a aprendizagem de modo ótimo”.

Ghiraldelli Júnior

AGRADECIMENTOS

A Deus, Senhor de nossas vidas, pela oportunidade de realizarmos este trabalho, pois sem Ele jamais seria possível realizá-lo, e a nossos familiares, pela paciência e apoio em tudo.

À Faculdade do Baixo Parnaíba e aos nossos colegas de curso, que tanto contribuíram para a finalização deste trabalho.

À professora orientadora, Enir Ferreira Lima, pela paciência, dedicação e pelo conteúdo didático que contribuiu para que construíssemos nosso próprio conhecimento.

À professora Ledany Marinho Velozo, pela paciência, orientação e pela contribuição na concretização deste trabalho.

RESUMO

O trabalho apresentado é uma revisão de literatura sobre a contribuição do pedagogo na Educação Infantil, com a finalidade de compreender a importância do pedagogo na formação dos alunos de creche e pré-escola. Ressalta a trajetória histórica da Educação Infantil no Brasil, e as Leis que fundamentam essa modalidade de ensino, Constituição Federal, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 e Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil. Destacam-se as contribuições das teorias de Piaget, Vygostsky e Wallon na compreensão da aprendizagem e desenvolvimento da criança. Buscou-se investigar através da abordagem qualitativa a contribuição do pedagogo na Educação Infantil, nos aspectos metodológicos utilizou-se de procedimentos baseados em levantamentos teóricos, materiais publicados, constituídos de livros, artigos, teses e dissertações. Fundamentou-se em pressupostos teóricos de autores como: Dantas (1992), Gil (2002), Esteban (2005), Mello (2006), Pimenta (2006), Oliveira (2008), Campos (2009), Rizzo (2010), Triviños (2010), Ghiraldelli Júnior (2007), Saviani (2011), Lakatos e Marcani (2011), dentre outros. O resultado obtido na investigação demonstrou a importância do curso de pedagogia na formação de profissionais competentes e habilitados para atuar na Educação Infantil, e a indispensabilidade do pedagogo na formação de crianças de creche e pré-escola.

Palavras-chave: Pedagogo. Pedagogia. Educação Infantil. Contribuição.

ABSTRACT

The work presented is a review of literature on the contribution of the teacher in early childhood education, in order to understand the importance of teacher training students in daycare and preschool. Emphasizes the historical trajectory of Early Childhood Education in Brazil , and the Laws that underlie this type of education , the Constitution , the Statute of Children and Adolescents, Law of Guidelines and Bases of National Education 9394/96 and National Curriculum for Early Childhood Education . Highlight the contributions of the theories of Piaget, Vygotsky, and Wallon in understanding the learning and development of children. We sought to investigate the qualitative approach through the contribution of the teacher in kindergarten, the methodological aspects we used procedures based on theoretical surveys , published materials, consisting of books , articles , theses and dissertations . Was based on theoretical assumptions of authors such as : Dantas (1992) , Gil (2002) , Esteban (2005) , Mello (2006) , Pepper (2006) , Oliveira (2008) , Fields (2009) , Rizzo (2010) , Triviños (2010) , Ghiraldelli (2011) , Saviani (2011) , Lakatos and Marcani (2011) , among others . The result obtained in the investigation demonstrated the importance of pedagogy course in the formation of competent and qualified professionals to work in Early Childhood Education, and the indispensability of teacher training of children of nursery and pre - school.

Keywords : Educator . Pedagogy . Early Childhood Education . Contribution.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 8
2 A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL 10
2.1 Profissionais para atuar na Educação Infantil 13
2.1.1 As contribuições de: Piaget, Vygostsky e Wallon na Educação Infantil 16
2.2 A legislação e a Educação Infantil: Constituição Federal - 1988 19
2..2.1 Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA 20
2.2.2 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN nº 9.394/96 22
2.2.3 Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil - RCNEI 23
2.3 O pedagogo e a Educação Infantil 27
2.3.1 Revisões de estudos sobre a contribuição do Pedagogo na Educação Infantil 34
3 MÉTODO 40
3.1 Procedimento metodológico 40
4 RESULTADOS DA PESQUISA 42
5 CONCLUSÃO 44
REFERÊNCIAS 46

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho partiu de uma análise literária sobre a contribuição do pedagogo na Educação Infantil, com o propósito de compreender o papel desse profissional na formação plena das crianças de creche e pré-escola.

Nesse contexto, é de suma importância destacar a pedagogia como ciência da educação na formação de profissionais com enfoque no curso de graduação, cujo objetivo é formar especialistas para atuar no âmbito educacional, na construção da identidade e na aquisição de saberes pedagógicos e experiências didáticas específicas. É durante a graduação que os pedagogos acomodam os conhecimentos necessários para atuar na docência.

No percurso da formação acadêmica destacam-se as contribuições das teorias de Piaget, Vygostsky e Wallon para o desenvolvimento da criança na Educação Infantil, que acontece por intermédio do pedagogo, o qual precisa ter amplo conhecimento das teorias psicológicas e das habilidades específicas para compreender o processo de estágios que ocorre na formação de alunos dessa etapa da formação escolar a fim de que esteja apto para lidar com a criança.

No Brasil, enfatiza-se a legislação da educação infantil, a Constituição Federal de 1988, que garantem o dever do Estado, o direito de todos à educação e o acolhimento das crianças em creches e pré-escola.

Ainda na base legal, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criado em 13 de julho de 1990 pela Lei nº 8.069, vem garantir à criança e ao adolescente todos os diretos específicos, reafirmando as leis anteriores.

Discorre-se também sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBEN 9394/96, publicada em 20 de dezembro no Diário Oficial da União, passando a vigorar em 23 de dezembro de 1996, assegurando a Educação Básica composta pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Outro marco legal apresentado neste trabalho é o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil-RCNEI, documento constituído por um conjunto de referências, propostas e orientações educativas que implementam as práticas pedagógicas, visando à qualidade do ensino e à construção da cidadania. Buscou-se identificar as contribuições do pedagogo no desenvolvimento integral do aluno de creche e pré-escola, visando à valorização do mesmo diante da sociedade e dos

demais profissionais, pois as habilidades e competências do profissional fazem toda a diferença na vida e na aprendizagem da criança.

A relevância desta investigação vem apontar as principais contribuições do pedagogo na formação e no desenvolvimento dos alunos de creche e pré-escola. Foi compreendido o valor deste profissional na construção da identidade e autonomia da criança, que além de desenvolver a aprendizagem por meio de atividades lúdicas, também atende aos cuidados de educar, cuidar, e alimentar. Estes são os motivos que levaram à realização deste estudo na área da Educação Infantil.

O pedagogo é um profissional habilitado para atuar na Educação Básica na Educação Infantil com crianças de creche e pré-escola e nos primeiros anos do Ensino Fundamental, assim como os normalistas que se especializaram ou se habilitaram para serem educadores desta faixa etária. Logo, é inegável a necessidade deste profissional para a sociedade como formador de cidadãos críticos e reflexivos. Vale observar que as demandas vêm crescendo de tal modo que a presença de um profissional habilitado para lidar com a criança como o pedagogo é cada vez mais indispensável.

Este trabalho está organizado em 05 (cinco) capítulos. O primeiro é composto por: introdução, o segundo capítulo apresenta a trajetória histórica da Educação Infantil no Brasil, a formação dos profissionais para atuar nessa etapa da educação escolar; as contribuições de Piaget, Vygotsky e Wallon, bem como a legislação que regulamenta a Educação Infantil, como a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente de, as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBEN, e o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil – RCNEI; além disso, discorre sobre a contribuição do pedagogo na Educação Infantil; o terceiro capítulo aborda o método e os procedimentos metodológicos utilizados; o quarto capítulo trata do resultado da pesquisa; já o capítulo final traz a conclusão e as referências utilizadas.

Esta investigação teórica irá contribuir para a sociedade Chapadinhense, e também aos profissionais da educação, principalmente aos acadêmicos do curso de Pedagogia da Faculdade do Baixo Parnaíba com o intuito de proporcioná-los uma melhor compreensão sobre o pedagogo na modalidade da Educação Infantil com criança de creche e pré-escola.

2 A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

Antes de discorrer sobre o tema “Contribuição do pedagogo para a Educação Infantil”, faz-se necessário resgatar a história desta etapa de ensino no Brasil, que, até a década 80, era essencialmente assistencialista, com o objetivo de atender a classes menos favorecidas, no que se referia à questão alimentar, à higiene e à proteção física.

A partir do século XVIII, deu-se início a pensamentos e indagações sobre como cuidar das crianças, isto só passou a ser atendido fora da visão comunitária e filantrópica no Brasil em meados do século XIX, com o fim da escravatura no país.

Entretanto, com o aumento significativo da população da área urbana, criaram-se as condições para o chamado desenvolvimento social e tecnológico, e para a Proclamação da República, como afirma Oliveira (2008, p. 92):

> [...] a abolição da escravatura no Brasil suscitou, de um lado, novos problemas concernentes aos destinos dos filhos de escravos, que já não iriam assumir a condição de seus pais, e, de, outro, concorreu para o aumento do abandono de crianças e para a busca de novas soluções para o problema da infância [...] criação de creches, asilos e internatos, visto na época como instituição assemelhada e destinada a cuidar das crianças pobres.

O tratamento dado às crianças menores passou então por mudanças significativas, quando aquelas deixaram de ser vistas como adultos em miniatura, final do século XIX. Nesse mesmo período, surgiu no Brasil o movimento da Escola Nova, por intermédio de estrangeiros, visto como uma manifestação europeia feita por intelectuais que buscavam novas transformações sociais e educacionais. Os jardins de infância, que até então eram um produto somente da Europa, passaram a ser discutidos no país.

No Brasil, as primeiras ideias de jardim de infância ocorreram com o movimento da escola novista, que gerou grandes conflitos, polêmicas e discussões no cenário político da época, visto que muitos criticavam por parecer com asilos existentes na França; outros apoiavam a ideia de jardins de infância por acreditarem que contribuiriam para o desenvolvimento da criança.

Enquanto as divergências eram discutidas, foram criados os primeiros jardins de infância no Brasil.

De acordo com Oliveira (2008, p. 93):

> [...] eram criados em 1875 no Rio de Janeiro e em 1877 em São Paulo, os primeiros jardins-de-infância sob os cuidados de entidade privadas e, apenas alguns anos depois, os primeiros jardins-de-infância pública, que, contudo, dirigiam seu atendimento para as crianças dos extratos sociais mais afortunados, com o desenvolvimento de uma programação pedagógica inspirada em Froebel.

Muitos foram os marcos históricos que contribuíram para a infância no Brasil, tais como a Proclamação da República em 1889, que trouxe novo vigor à infância; a criação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância, em 1899, a da primeira escola infantil de Belo Horizonte, em 1908.

Já em 1909, surgiu o primeiro jardim de infância municipal do Rio de Janeiro. Em 1919, foi criado o Departamento da Criança, que tinha a preocupação com a saúde pública das crianças.

No início do século XX, com o surgimento das grandes indústrias no país, houve a necessidade de mais mão-de-obra, mudando assim as rotinas, em que somente o homem exercia a função trabalhista, pois o papel da mulher na sociedade, até então, era de cuidar da casa e dos filhos. Como a maioria dos homens já estava concentrada nas fábricas e nos campos, no momento em que as mulheres também ingressaram nesse trabalho, houve a preocupação de com quem e onde iriam deixar os filhos.

Para solucionar este problema, as mães deixavam suas crianças pequenas com pessoas que se disponibilizavam a cuidar de crianças em troca de dinheiro ocasionando a elevação do índice de mortalidade das crianças cuidadas por elas, muitas vezes por cuidados inadequados em relação à higienização, alimentação e proteção física.

Essa situação levou os movimentos sindicais a exigirem dos empresários um lugar para deixarem as crianças. Com isso, foram criadas algumas creches e escolas maternais dentro das fábricas. As exigências das operárias para com os donos das indústrias fizeram com que essa tarefa fosse voltada para o Estado, originando-se as escolas maternais e jardins de infância destinados às classes menos favorecidas.

Segundo Oliveira (2008), um importante avanço adveio nesse aspecto com a promulgação da Lei nº 4.024/61, pela qual se aprofundou a perspectiva apontada desde a criação dos jardins de infância. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 assegurava, nos seus artigos 23 e 24, a inclusão da educação pré-primária, destinada aos menores de 07 (sete) anos de idade, em

escolas maternais e jardins de infância. Era de responsabilidade das empresas terem iniciativa própria, e/ou em cooperação com os poderes públicos e instituições, para manter a educação dos filhos das mães que lhes prestavam serviços.

Somente por meio dos movimentos feministas e sociais se obteve, em 1988, e também por meio da Constituição Federal, o reconhecimento da educação em creches e pré-escolas, como direito da criança e dever do Estado, exigindo o cumprimento da Lei em sistemas de ensino. Conforme o Art. 208, inciso IV se prevê o "atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade" (BRASIL, 2006a, p. 134, grifo do autor).

Em 1990, surgiram novos marcos em defesa da garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, como discorre Oliveira (2008, p. 117):

> Um deles foi a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente 1990, que concretizou as conquistas dos direitos das crianças promulgados pela Constituição. Na área de educação infantil, o debate que acompanhou a discussão de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) na Câmara de Deputados no Senado Federal e impulsionou diferentes setores educacionais, particularmente universidades e instituições de pesquisa, sindicatos de educadores e organizações não-governamentais, à defesa de um novo modelo de educação infantil.

Grandes foram os avanços relacionados às crianças e aos adolescentes do Brasil, por meio das leis citadas acima, no sentido de assegurar os direitos à educação. Os principiais ganhos obtidos com a nova legislação foram o acesso e a permanência da criança e do adolescente na escola; seus diretos ao respeito e à dignidade e ao questionamento e o direito de validar sua opinião, "o dever da família ou responsável" com o processo pedagógico, assim como o disposto no art. 53 e no parágrafo único do ECA.

A LDBEN, Lei nº 9.394/96, estabelece a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica. Como afirma Brandão (2010, p. 34), citando o artigo 29:

> A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral das crianças até seisanos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

De acordo com a LDBEN, afirma-se que a Educação Infantil é a fase inicial da Educação Básica, uma etapa considerada como a mais importante, porque tem o objetivo de desenvolver a formação integral das crianças até os 06 (seis) anos de idade. Nesse sentido, o pedagogo especialista deve atender às especificidades, tais como: corporal, psicológica, mental e social, integrando a ação da família e

também da sociedade. Diante disso, faz-se necessário analisar a formação pedagógica de profissionais da Educação Infantil de maneira que esteja altamente qualificado para ensinar a criança em creche e pré-escola.

Por meio do curso de pedagogia, que busca aliar teorias e práticas adquiridas durante a vida acadêmica e promover aos acadêmicos o ensino dos fundamentos científicos e sociais necessários para pleno exercício da docência.

2.1 Profissionais para atuar na Educação Infantil

A Pedagogia é uma ciência da educação que tem o intuito de ensinar para a prática social. O curso dispõe-se a formar profissionais habilitados e competentes para atuar na Educação Básica. Como práxis pedagógica, tem o objetivo de humanização, ou seja, de educar os alunos para viver e conviver em sociedade.

Entretanto, torna-se diferente das demais no momento em que seu campo de investigação é o desenvolvimento do educando e suas particularidades. Ghiraldelli Júnior (2007) vem afirmar que o termo pedagogia surgiu na Grécia Antiga: (paidós), que significa (criança) e (agodé), condução, o que em português originou a palavra pedagogia. Na antiguidade, o pedagogo era conhecido como *paidagogo*; ou seja, aquele que conduzia a criança.

O curso de graduação em pedagogia habilita o profissional para atuar na Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental, além de habilitar e possibilita a construção de conhecimentos teóricos e práticos, qualifica os pedagogos para serem educadores que contribui com o conhecimento para vida escolar dos alunos. Brasil no artigo 62 da LDBEN afirma que:

> .A formação de docentes para atuar na educação infantil far-se-à em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e instituições superiores de educação, admitidos, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. (BRANDÃO, 2010, p. 141).

A pedagogia tem como objeto de estudo a educação, visando o processo de aprendizagem do educando, na construção de conhecimento, partindo da teoria para a prática educativa social e fazendo um paralelo entre o que fora aprendido durante o curso e a realidade da sala de aula. Assim, o ato de educar consiste em

atuar de forma direta na formação do sujeito, levando em consideração as peculiaridades de cada um: físicas, emocionais, ideológicas, afetivas e culturais.

Os pedagogos devem, durante sua formação acadêmica, construir conhecimentos e adquirir a preparação social, intelectual, moral, física e pedagógica, para que possam mediar os conhecimentos nessa etapa importante da vida das crianças.

Vale destacar a importância das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, aprovada em 13 de dezembro de 2005, que discorre entre outros assuntos, sobre a formação e atuação de professores na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, e nos cursos de educação profissional para o magistério e para o aprendizado de atividades que requerem habilidades pedagógicas e conhecimento sobre política e gestão educacionais.

Como afirma Ministério da Educação,

> O reconhecimento dos sistemas e instituições de ensino sobre as competências e o comprometimento dos Licenciados em Pedagogia, habilitados para o magistério na Educação Infantil e no início do Ensino Fundamental é evidente, inclusive pelo quantitativo de formadas (os) e formandas (os) em Pedagogia, em diferentes habilitações, que se dirigem ao Conselho Nacional de Educação (CNE) para solicitar apostilamento em seus diplomas, com vistas ao exercício da docência nestas etapas [...] atuação em funções de gestão tanto administrativa quanto pedagógica de Instituições de ensino, como para o planejamento, execução, acompanhamento e avaliação [...], tiveram suporte importante de conhecimentos sobre a docência nos anos iniciais do Ensino Fundamental e na Educação Infantil. (BRASIL, 2006b, p. 05).

O curso de pedagogia há muito tempo vem formando profissionais habilitados e especializados no ambiente escolar, buscando também a valorização destes na Educação Infantil, nos primeiros anos do Ensino Fundamental, na gestão, na supervisão e na coordenação. Esses patamares de saberes pedagógicos persistem na fundamentação teórica e na prática de ensino apreendido durante o curso de pedagogia direcionando-se para o perfil do educador na ação educativa. Nesse sentido, a pedagogia assume o papel educativo e metodológico, apresentando técnicas de ensino e aprendizagem.

Como afirmam Libâneo e Pimenta (2006, p. 15):

> O curso de pedagogia destinar-se-á à formação de profissionais interessados em estudos do campo teórico-investigativo da educação e no exercício técnico-profissional como pedagogos no sistema de ensino, nas escolas e em outras instituições educacionais, inclusive as não-escolares

Assim, o objetivo do curso de pedagogia é formar pedagogos profissionais preocupados em investigar seu próprio campo de estudo, visto que os conhecimentos teóricos e práticos fundamentam sua formação pra atuar na Educação Básica ou em outras instâncias educativas.

Cabe à pedagogia a integração dos saberes necessários para construção da identidade dos profissionais, durante o curso de graduação em que pedagogo é responsável por construir, em interação com os formadores, seus próprios conhecimentos para se tornar um profissional competente no exercício da docência.

Nesse aspecto, o pedagogo precisa saber analisar o contexto e conteúdos ministrados, não apenas localizados, mas contextualizados, levando em consideração as diversidades culturais do meio no qual está inserido.

O profissional da Educação Infantil é, nesse sentido, responsável pelo desenvolvimento integral da criança em todos os aspectos.

A atuação do profissional especializado em creche e pré-escola faz toda diferença nas ações de educar, cuidar e alimentar, que são elementos primordiais no processo educativo nessa fase, pois educar está relacionado com situações de cuidados que o educador deve ter para com a criança, além de propiciar na sala de aula atividades lúdicas e jogos, de maneira que desenvolva a aprendizagem significativa.

Logo, compreende-se que cuidar é entender a criança e auxiliá-la no desenvolvimento das suas capacidades. Estes cuidados incluem afetos, aspectos biológicos e corporais. Vale ressaltar que ao mesmo tempo em que o docente cuida, ele também educa.

Nesse sentido Libâneo e Pimenta (2006, p. 44):

> [...] podemos dizer que o professor é um profissional do humano que: ajuda o desenvolvimento pessoal / intersubjetivo do aluno; um facilitador do acesso do aluno ao conhecimento (informador informado); um ser de cultura que domina de forma profunda sua área de especialidade (científica e pedagógico/educacional) e seus aportes para compreender o mundo; um analista crítico da sociedade [...].

O pedagogo tem conhecimentos e habilidades específicas para proporcionar à aprendizagem significativa e a construção da autonomia das crianças. Os conhecimentos sobre desenvolvimento humano é aprendido pelo profissional na academia com o propósito de auxiliá-lo na identificação do momento certo de inserir a criança no mundo da leitura e da escrita, levando em consideração

os aspectos biológicos: fatores internos e externos. Fatores internos acontecem por meio da hereditariedade e maturação, que ajudam a compreender certos comportamentos da criança no ambiente social e escolar; e os externos estão relacionados com ambiente social, alimentação e ao equilíbrio ecológico.

2.1.1 As contribuições de Piaget, Vygostsky e Wallon na Educação Infantil

Antes mesmo de abordar sobre as teorias de desenvolvimento humano e de falar em crescimento, desenvolvimento infantil e aprendizagem, é necessário citar a extrema importância da psicologia, que se ocupa de estudar o ser humano em seus aspectos físicos, intelectuais, biológicos, sociais ou culturais. E, sobretudo, vem contribuindo para compreensão dos fatores comportamentais de desenvolvimento do indivíduo, desde o nascimento até a fase adulta. Por isso, é extremamente importante que o pedagogo disponha de um vasto conhecimento advindo das teorias psicológicas, para que esteja apto a compreender o desenvolvimento da criança, percebendo como ocorre esse processo e de que forma a criança aprende e desenvolve a construção do saber.

É interessante conhecer os fatores que influenciam integralmente nas características desse indivíduo, como os hereditários, orgânicos ou os relativos ao meio, como a maturação. Estes ajudam a constituir a potencialidade e a desenvolver a inteligência do ser. Além disso, o docente precisa ter os saberes relacionados à infância e ao desenvolvimento para poder intervir e exercer na prática com um trabalho de qualidade.

Sabe-se que para trabalhar na Educação Infantil com crianças de 0 (zero) a 05 (cinco) anos, fazem-se indispensáveis o conhecimento acerca de algumas teorias do desenvolvimento, que ajudam a perceber a criança como sujeito ativo, social e em constante desenvolvimento. Nesse sentido, busca-se conhecer as contribuições de Piaget, Vygostsky e Wallon na formação de alunos de creche e pré-escola.

Jean Piaget, apesar de não ser pedagogo, fez várias pesquisas na área da educação, voltadas para o estudo da inteligência humana, uma delas conhecida como epistemologia genética, explicando como se dá o desenvolvimento da criança. A criança foi usada por ele como objeto de sua pesquisa, com a intenção de entender como se constrói a inteligência.

Piaget observou que a criança constrói o conhecimento através de processos de assimilação, acomodação e equilibração. A primeira acontece quando a criança interage como meio e o objeto, retirando e assimilando informações; a segunda é processo que ocorre através da organização das informações mentalmente; e a última consiste na organização dos conhecimentos prévios para a estruturação de novos saberes e continuação de seu desenvolvimento.

Como afirma Piaget (1970 apud VIEIRA e LINO, 2007, p. 215):

> Piaget afirma que não existe assimilação sem acomodação. Se elas se mantenham separadas, não ocorre um verdadeiro desenvolvimento cognitivo. Quando existe uma interação entre assimilação e acomodação, tem lugar uma importante atividade de aprendizagem, o processo de equilibração.

Em diversos momentos no cotidiano da creche ou pré-escola, o pedagogo faz uso dos Estágios de Desenvolvimento da teoria piagetiana para compreender em que fase se encontra a criança, de modo que possa intervir no processo de ensino e aprendizagem. Os Estágios de desenvolvimento dividem-se em quatro: sensório-motor, pré-operatório, operatório concreto, e operatório abstrato. Mas na Educação Infantil o educador utilizará apenas os dois primeiros estágios, que serão fundamentais na compreensão de como melhor desenvolver as capacidades cognitivas das crianças.

O período sensório motor tem início desde o nascimento e vai aproximadamente até os 02 (dois) anos de idade. Nessa fase, a criança desenvolve sua inteligência por meio das percepções, em contato com o simbólico e, principalmente, através da linguagem. Nesse estágio é que surgem as primeiras palavras e frases.

Por outro lado, conhecer o estágio pré-operatório, que vai de 02 (dois) até os 07 (sete) anos, é essencial para o professor da Educação Infantil, pois é nessa fase que a criança está apta a aprender por meio de desenhos, imagens, o que pode aguçar a sua curiosidade. Ainda nessa fase, o egocentrismo entra no auge.

De acordo com Bock, Furtado e Teixeira (2008, p. 119):

> [...] cada período é caracterizado por aquilo que o individuo consegue fazer de melhor nessas faixas etárias. Todos passam todas essas fases ou períodos, nessa sequência, porém início e o término de cada uma delas dependem das características biológicas do individuo e de fatores educacionais, sociais.

Atualmente, quando se aborda sobre as teorias do desenvolvimento infantil, não se pode deixar de fora as contribuições de Vygotsky, com sua teoria sócio-histórica, a qual mostra que a aprendizagem tem um papel essencial no processo de desenvolvimento da criança. Nesse sentido, o pedagogo desempenha uma função importante na formação do sujeito, ajudando-o a desenvolver a sua inteligência.

Esse fenômeno psíquico, na concepção Vygostkiana, constrói-se através de relações sociais e culturais ativas historicamente na vida do sujeito, contribuindo para o desenvolvimento de sua forma de pensar, sentir e agir. Nesse sentido, é evidente que as ações socioculturais sejam internalizadas socialmente por meio da interação com o mundo.

Assim afirma Vygotsky e Luria (2006 apud PIMENTEL, 2007, p. 222),

> Gradativamente, o ser humano aprende a usar racionalmente suas capacidades naturais [...] O ambiente torna-se interiorizado (internalizado); o comportamento torna-se social e cultural não só em seu conteúdo, mas também seus mecanismos, em seus meios.

Diante dessa afirmação, pode-se dizer que a criança não nasce tendo conhecimentos e capacidades formalizadas, pelo contrário, isso vai sendo construído aos poucos, no decorrer de seu desenvolvimento, em que aprende através da realidade, nas relações com o meio e internalizando em seu processo interno, o que é proporcionado pelo ambiente social e cultural no qual está inserida.

Tudo isso influencia para que a criança desenvolva a linguagem e o pensamento. Principalmente as representações simbólicas, que são internalizadas pela criança no processo de comunicação e de construção do conhecimento.

Um aspecto relevante desenvolvido na teoria de Vygotsky foi a zona de desenvolvimento proximal. É importante que o professor perceba na criança essas capacidades já construídas e também o que não foi ainda amadurecido, levando em consideração o procedimento de maturação. Com base nisso é que devem ser trabalhadas as intervenções pedagógicas. Assim, cabe ao pedagogo ser capaz de identificar e de promover a aprendizagem significativa.

Cruz (2002, p. 118), ressalta que: “[...] dessa forma, a boa aprendizagem é aquela que promove e se adianta ao desenvolvimento, levando o autor a criar o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal [...]”. As atividades desenvolvidas na pré-escola devem ser bastante lúdicas e interativas, tendo em vista que o

aprendizado nessa faixa etária é trabalhado com jogos, brincadeiras, regras, conforme as necessidades das crianças.

A afetividade é vista pelo autor como um fator que interfere de forma direta na vida do adulto e da criança, nas suas capacidades psíquicas, aspectos bastante relevantes para o profissional da Educação Infantil, com quem a criança mantém o maior vínculo afetivo na escola. Dessa forma, conhecer a importância da afetividade é fundamental para este profissional.

A teoria de Wallon discute sobre os movimentos, emoções, inteligência e pessoas. O movimento é visto como um ato expressivo em que não é preciso necessariamente haver deslocamento e também considera o movimento, ou seja, a intervenção no meio sobre o objeto propriamente dito. As emoções são manifestações expressas pelas crianças de forma clara, interferem no organismo humano na primeira infância através do choro, risos, brigas e birras. Mas o principal objetivo de Wallon com as emoções é possibilitar uma interação da criança com o meio social.

Wallon estuda a inteligência através da linguagem e da fala; e sobre a pessoa, mostrando uma concepção do eu, ou seja, afirmando que a criança começa a se conscientizar e a ser independente na maneira como se comunica. Como afirma Dantas (1992, p. 85): “Na psicogenética de Henri Wallon, a dimensão afetiva ocupa lugar central, tanto do ponto de vista da construção da pessoa quanto do conhecimento”.

Diante disso, é imprescindível que o pedagogo construa saberes teóricos para auxiliá-lo em sua prática; que tenha a compreensão de que as atividades educativas precisam valorizar os laços afetivos com as crianças, pois a boa relação emotiva entre ambos influencia para o sucesso do aprendizado dos educandos. Portanto, nas creches e pré-escolas, o docente deve proporcionar, por meio das aulas, momentos prazerosos para que elas sintam-se acolhidas, seguras e ao mesmo tempo possam usufruir de um ambiente lúdico.

2.2 A legislação e a Educação Infantil: Constituição Federal - 1988

A Educação Infantil no Brasil foi marcada por movimentos e manifestações que influenciaram na criação de leis para garantir a Educação Básica.

A Constituição Federal de 1988 abriu o direito à educação de qualidade para todos, fazendo da Educação Infantil um direito de toda criança e obrigação do Estado.

Vale ressaltar a alteração no inciso IV do artigo 208 da Constituição Federal onde afirma que o dever do Estado com a educação será de garantir educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade, redação alterada pela Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009 (BRASIL, 2012).

O Estado também atribui a responsabilidade da educação para a família e sociedade, no intuito de proporcionar o desenvolvimento pleno do cidadão procurando garantir a sua inserção no mundo do trabalho. Baseado em Brasil (2012), no artigo 227 adverte que "é obrigação da família, da comunidade, e do Estado o compromisso de garantir a proteção, e todos os direitos da criança e do adolescente".

2.2.1 Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA

Criado em 13 de julho de 1990 pela Lei nº 8.069, vem garantir à criança e ao adolescente todos os diretos a estes pertencentes, com base no que já é garantido nas leis anteriores. Além disso, o ECA assegura não somente a educação, mas todos os aspectos da vida da criança, tais como: assistência médica, moradia, alimentação, lazer, direito à vida, à liberdade, ao respeito e à dignidade, principalmente direito de ter uma família.

Nesse sentido, o Estatuto da Criança e do Adolescente assume a absoluta proteção tanto da criança como também do adolescente até dezoito anos, e em casos específicos, até vinte e um anos de idade. Assim, os mesmos gozam de todos os direitos essenciais ao ser humano sem que haja nenhuma transgressão e sejam cumpridos por meio dessa lei ou por outros meios com objetivo de permitir o desenvolvimento de suas especificidades e de oferecer as condições de livre-arbítrio para exercer a cidadania com dignidade.

Conforme o ECA no Artigo 4º:

> É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referente à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, a profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 2005, p. 13).

Sabe-se que é obrigação da família zelar pela dignidade da criança e do adolescente, como também obrigação de todos da sociedade e das políticas públicas que garantem incondicionalmente a primazia da realização desses direitos. Todos têm direito de viver, de ter um bem estar, de poder desfrutar de uma educação de qualidade, de conviver com momentos de lazer, de se expressar livremente, e de participar ativamente da vida social.

De acordo o Estatuto no Art. 5 diz que:

> Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. (BRASIL, 2005, p. 13).

A partir desse entendimento é importante que crianças e adolescentes sejam respeitados e que não venham a ser discriminados ou impedidos de usufruir seus direitos garantidos nas leis e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Logo, crianças e adolescentes não devem ser vítimas de nenhum tipo de violência ou maus-tratos. Vale lembrar que a violência vinda de qualquer parte pode lhes trazer grandes transtornos psicológicos, acarretando traumas na vida da criança. Por, outro lado, é preciso que a família e a população em geral tenham consciência, sendo capazes de denunciar o agressor, fazendo com que seja punido pelas infrações cometidas.

O estatuto da criança e do adolescente no seu artigo 53 e nos seus incisos afirma; que os mesmos têm direito de ter ensino de qualidade que desenvolva sua formação, preparando-os para exercer sua cidadania e qualificando-os para ter uma profissão. Ressalta ainda que todos tenham o mesmo direito sem nenhuma desigualdade, e possibilitando que os alunos permaneçam na escola, sendo tratados com respeito pelos seus professores, assim como também pode contrapor a qualquer tipo de avaliação, além disso, tem por direito organizar e participar de eventos estudantis no âmbito institucional é direito deles estudar em uma escola pública de preferência que seja perto de sua moradia.

Baseado no parágrafo único do Estatuto da Criança e do Adolescente afirma que é dever das famílias ou responsáveis pela criança ter a plena consciência do ato educativo, e da importância de sua vida escolar. É direito dos mesmos acompanhar-los e cooperar através de sua participação da proposta pedagógicas da escola.

2.2.2 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN nº 9.394/96

A partir da promulgação da Lei nº 9.394/96 são estabelecidas novas diretrizes curriculares para a Educação Infantil no país. A educação das crianças passou a ser a primeira etapa da Educação Básica. E o cuidado da criança deixa de ser visto como assistencialismo, tendo, a partir da Lei, um espaço de desenvolvimento integral. Nesse contexto, percebeu-se a necessidade de analisar separadamente as faixas etárias de crianças, considerando-se que antes somente se tinha o intuito de cuidar da higiene, da proteção e da alimentação das crianças carentes, filhos das mães que trabalhavam nas fábricas.

Baseado em Saviani (2011), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, teve seus artigos 29, 30, 32 e 87 alterados pela Lei 11.274, de fevereiro de 2006.

A Educação Básica é formada pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, assegurando-se a formação como fator primordial para o pleno exercício da cidadania, através de seus princípios e fins.

O primeiro nível é dividido em três modalidades de ensino, a Educação Infantil é oferecida em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade, o Ensino Fundamental é dividido em anos iniciais de 1° ano ao 5° ano, na faixa etária de (6-10), o Ensino Fundamental maior vai do 6° ao 9° ano faixa etária de (11-14). Já o Ensino Médio é constituído de três anos 1°, 2°, 3° ano faixa etária de (15-17) sendo o término da Educação Básica. O segundo nível é formado pelo o Ensino Superior conhecido de terceiro grau, tendo uma duração de quatro anos.

No artigo 22 da LDBN, diz que:

> A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em outros estudos posteriores. (BRANDÃO, 2010, p. 64).

Dessa forma, a Educação Básica tem como propósito o desenvolvimento do educando sendo necessário o pleno aprendizado da cidadania oferecendo elementos essenciais para ingressar no trabalho e dar continuação a outros campos de conhecimentos futuros.

Como afirma Saviani (2011) o artigo 29 alterado pela Lei nº 11.274 de 6 de fevereiro de 2006 registra que:

> A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até 5 (cinco) anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando ação da família e da comunidade (NR). (SAVIANI, 2011, p. 103).

As finalidades da Educação Infantil são de proporcionar o desenvolvimento em todas as peculiaridades, visto que as crianças são sujeitos participantes do seu processo intelectual e social, com a finalidade de desenvolver o pensamento crítico e reflexivo.

Para Saviani (2011), o artigo 30 da LDBEN, composto de dois incisos, definiu onde será oferecida a Educação Infantil: em creches ou entidades equivalentes para o atendimento até os três anos de idade, e em pré-escolas para crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos de idade. Garante-se, no Artigo 31, que a avalição na Educação Infantil é organizada por meio de registros e acompanhamento individuais e diários. Em hipótese alguma podem ser usados métodos avaliativos que impeçam o ingresso da criança no Ensino Fundamental.

Como afirma Brandão (2010, p. 86):

> Art. 32. O ensino fundamental obrigatório com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, tendo a finalidade de desenvolver a formação básica do cidadão, mediante:
> I- O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura e da escrita e do cálculo;
> II- A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
> III - O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
> IV- O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Considerado que o Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano é também responsabilidade do pedagogo ressalta-se que os alunos precisam desenvolver três habilidades básicas indispensáveis no desenvolvimento da aprendizagem do educando, saber ler, escrever e fazer cálculo, além de desenvolver noções do ambiente natural e social, construir valores e atitudes para sua cidadania.

2.2.3 Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil - RCNEI

O Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil é um documento que se dispõe de um conjunto de propostas, referências, orientações pedagógicas que se propõem orientar os profissionais na realização de suas práticas

educacionais, com a finalidade de promover a qualidade do ensino e propiciar o desenvolvimento das condições indispensáveis ao pleno exercício da cidadania das crianças de creche e pré-escola.

E com base na LDBEN nº 9.394/96 no Artigo 9, inciso IV:

> A união incumbir-se-á de [...] estabelecer, em colaboração com os ‘Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competência e diretrizes para educação infantil [...] que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum (BRASIL, 1998a, p. 12).

Conforme sugerido na LDBEN, a União, os Estados, o Distrito e os munícipios elaboram um documento para nortear a Educação Infantil, um Referencial Curricular Nacional que tem ajudado no funcionamento de creches e pré-escolas, dando auxílio aos profissionais que atuam nessa etapa de ensino.

No RCNEI, formação pessoal e social, discorre sobre o conhecimento de forma estimulante e significativa, mostrando a importância do brincar para a aprendizagem das crianças de 0 (zero) a 05 (cinco) anos, tendo como base a dignidade e o respeito, o direito da criança aos bens socioculturais, à socialização, à participação e aos cuidados essenciais para formação de sua identidade (BRASIL, 1998b).

O documento em questão é organizado em eixos temáticos que norteia as práticas dos profissionais da Educação Infantil, ajudando-os no desenvolvimento de métodos e para a compreensão de conceitos; no emprego dos recursos didáticos, e na afinidade aos cuidados como: educar, cuidar, brincar e o alimentar. Além disso, o Referencial Nacional da Educação Infantil, na sua estrutura, é usado para o trabalho com as crianças de creche e pré-escola.

De acordo com os Referenciais (BRASIL, 1998c), o mesmo é constituído em dois campos de experiências: Formação Pessoal e Social e Conhecimento de Mundo, favorecendo as seguintes áreas de conhecimentos: Identidade e autonomia, movimento, artes visuais, música, linguagem oral e escrita, natureza e sociedade e matemática. Nesse sentido, as atividades educativas devem estar voltadas a atender as especificidades concernentes ao afeto, às emoções, ao lado social e intelectual das crianças, considerando-as dignas de respeito, quanto às suas identidades pessoais, sociais, econômicas, culturais, étnicas e religiosas.

Tendo em vista a aprendizagem das crianças pequenas, e com o propósito de desenvolver estruturas do pensamento, linguagem, compreender essas

questões, isso é primordial na construção das capacidades, na formulação de conceitos e até no melhoramento do raciocínio, de forma que haja um aprendizado significativo dos conteúdos ensinados. Vale lembrar que a criança tem como influência os aspectos social e histórico, e pertence a uma sociedade, a uma família e a uma cultura.

Assim ressalta-se que as instituições de Educação Infantil precisam incorporar, de forma unificada, as funções de educar e cuidar. Educadores que trabalham com crianças devem desenvolver em suas práticas sociais uma diversidade de elementos, recursos e métodos, para que a criança possa estar em contato direto com a variedade de conhecimentos, e que essas atividades educativas desenvolvidas ajudem na construção da identidade das crianças e no desenvolvimento de sua autonomia.

Assim, como afirma o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil:

> Na instituição de educação infantil, pode-se oferecer às crianças condições para as aprendizagens que ocorrem nas brincadeiras e aquelas advindas de situações pedagógicas intencionais ou aprendizagens orientadas pelos adultos. É importante ressaltar, porém, que essas aprendizagens, de natureza diversa, ocorrem de maneira integrada no processo de desenvolvimento infantil. (BRASIL, 1998a, p. 23).

Educar significa ajudar a criança no seu processo de desenvolvimento da sua capacidade, e de envolvê-la com atividades lúdicas, brincadeiras, músicas, jogos educativos, propiciando a ela desenvolver todas as potencialidades e habilidades, em relação aos aspectos físicos, estéticos, morais, intelectuais e afetivos.

As capacidades físicas tendem a possibilitar o desenvolvimento corporal e emocional da criança, para que ela se aproprie e desenvolva os seus potenciais, e também no reconhecimento de seu próprio corpo. As capacidades estéticas estão voltadas mais para a questão da beleza, a sensibilidade apreciativa de diversas culturas da construção artística.

Por outro lado, as capacidades morais são essenciais na formação dos valores, do respeito e da cidadania; nos princípios que norteiam o comportamento humano. Já as capacidades intelectuais estão relacionadas ao desenvolvimento da inteligência, que ocorre por meio das descobertas na formação do pensamento, que influenciam nos conceitos de reprodução e linguagem, por meio de resoluções de

problemas, fazendo com que a criança adquira várias noções básicas para o seu próprio desenvolvimento cognitivo.

As capacidades afetivas proporcionam a relação social, nos momentos de convivência com o outro, até mesmo para que a criança possa ter a compreensão de si mesma e dos outros semelhantes, desenvolvendo assim a sua personalidade, seu caráter e a noção do respeito, sem que haja nenhuma rejeição no ato de conviver e de aprender junto, em meio às diferenças. Esses saberes são necessários para formação.

Assim como afirma o RCNEI (BRASIL, 1998a, p. 23),

> Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural.

Cuidar é zelar pela criança, saber como auxiliá-la para que desenvolva aptidões e competências; é estar disposto a cuidar do outro, comprometer-se em ensinar, construir conhecimentos e aprender também com ela; é compreendê-la como integrante do processo pedagógico.

Logo, percebe-se que cuidar de criança no contexto educacional requer diversos campos de conhecimentos e colaboração de diferentes profissionais da educação. Os cuidados precisam ter uma dimensão significativa que implique procedimentos específicos. Esses cuidados incluem afetos, aspectos corporais, alimentação, e saúde. Pois ao mesmo tempo em que o educador educa, também cuida. Por isso, é de suma importância o vínculo de quem educa com quem é educado.

> [...] cuidar da criança é sobre tudo dar atenção a ela como pessoa que está num contínuo crescimento e desenvolvimento, compreendendo suas singularidades, identificando e respondendo às suas necessidades. Isso inclui interessar-se sobre o que a criança sente, pensa o queela sabe sobre si e sobre o mundo, visando à ampliação deste conhecimento e de suas habilidades, que aos poucos a tornarão mais independente e mais autônoma. (BRASIL, 1998a, p. 25).

Ressalta-se ainda que o brincar é imprescindível na vida da criança. As brincadeiras têm o papel importantíssimo em sua formação. Ocorrendo por meio da imaginação e da linguagem simbólica, o faz de conta, na Educação Infantil, deve ser estimulado nas instituições de ensino, considerando-se a diversidade de atividades lúdicas: jogos, brincadeiras de rodas, uma leitura, história infantil, entre outras,

sempre com a intervenção direta do professor, de forma que tenham significado e estejam associadas ao conteúdo, numa atividade prazerosa, que estimule a criança a participar e a interagir com as outras.

A sociedade exige seres atuantes, portanto é preciso formar cidadãos críticos, capazes de pensar, agir e transformar sua história, e o brincar proporciona tudo isso, de forma lúdica e eficaz, culminando realmente com a aquisição da aprendizagem.

2.3 O Pedagogo e a Educação Infantil

O pedagogo tem um papel fundamental no processo humano de educar, de formar cidadãos críticos, reflexivos, para que se tornem sujeitos atuantes na sociedade e assim aconteça a transformação social. Vale relembrar que o pedagogo pode atuar em modalidades como; Educação Infantil que equivale as crianças de creches e pré-escolas, Ensinos Fundamental nos anos iniciais, Educação de Jovens e Adultos, gestor, supervisor e coordenador pedagógico e também em instituições não educacionais de acordo com Pimenta (2013, p. 02):

> A educação é uma prática social humana. Ou seja, características dos seres humanos, e realizada por todo e qualquer cidadão, em todas as instituições sociais. A educação tem por finalidade possibilitar que as pessoas se tornem seres humanos; é processo de humanização. É somente na sociedade humana que ocorre um processo de educação, um processo de humanização.

A educação se faz presente em todos os lugares e não somente na escola, através das ações intencionais que advém da sala de aula, pela mediação do professor na Educação Básica ou no Ensino Superior, mas também em outros meios não educacionais como: família, igrejas, ONGs, mídias, fábricas, entre outros, o que se conhece como educação não escolar, que envolve diferentes maneiras de ensinamentos e de construção de saberes, pois a educação está envolvida com as experiências de vida.

Conforme afirma Libâneo (2008, p. 14):

> Todo educador sabe, hoje, que as práticas educativas ocorrem em muitos lugares, em muitas instâncias formais, não-formais, informais. Elas acontecem nas famílias, nos locais de trabalho, na cidade e na rua, nos meios de comunicação e, também, nas escolas.

Importante ressaltar que a educação é um processo que ocorre ao longo da vida. Conforme Libâneo (2008), ela pode ser definida de três formas: a educação informal, não formal, e a formal. A Educação Informal é aquela que ocorre nos ambientes sociais e culturais com influência do meio, conhecimentos que vão sendo construídos com base nas experiências, através das relações pessoais e grupais entre os indivíduos. Ao contrário do que acontece nas instituições, não há formas intencionais e nem são organizadas. Já a educação não formal acontece nos ambientes educativos fora da escola, de forma sistemática e estruturada. E a educação formal abrange todos os âmbitos pedagógicos de formação ou não, havendo fins educacionais claros, tendo prática formalizada e estruturada, de forma sistemática.

A educação se destaca como prática social, formada de diferentes agentes pedagógicos, em diversos contextos educacionais e práticas sociais. Nesse contexto, o pedagogo lida com todos esses processos educativos, organizacionais e metodológicos, com a finalidade sociopolítica, nos quais a educação se constitui por meio de um conjunto de práticas e procedimentos que influenciam diretamente na formação humana dos alunos e também no desenvolvimento, através de relações ativas entre as pessoas e classes sociais, ocorridas no ambiente natural e na sociedade em geral.

Nesse sentido, afirma Libâneo (2008, p. 32):

> A educação associa-se, pois, a processos de comunicação e interação pelos quais os membros de uma sociedade assimilam saberes, habilidades, técnicas, atitudes, valores existentes no meio culturalmente organizado e, com isso, ganham o patamar necessário para produzir outros saberes, técnicas, valores etc.

Assim, pode-se dizer que as ações pedagógicas não se dão de maneira isolada, mas são constituídas de composição econômica, social, política e de ideias que as orientam; elas se apresentam em meio a situações tanto culturais quanto sociais, que são desenvolvidas pelo profissional no seu fazer docente.

O pedagógico refere-se também a todos os saberes a respeito da teoria e prática relacionadas ao ensino e aprendizagem dos educandos. Vale lembrar que: “[...] nem todo trabalho pedagógico seja trabalho docente”. (LIBÂNEO, 2008, p. 34). Portanto, o trabalho do professor só é considerado um trabalho pedagógico quando há objetivos formais, claramente organizados.

O pedagogo não é obrigado a saber tudo, mas uma coisa é certa, de que

ele deve pelo menos dominar os conteúdos ministrados, de maneira a torná-los compreensível pelas crianças, tendo noções sobre a educação pedagógica infantil, respeitando a faixa etária em todos os aspectos.

Compreender, conhecer, valorizar a contribuição do pedagogo na formação dos alunos de creches e pré-escolas é fundamental, pois nos dias atuais vive-se em uma sociedade capitalista, em que os valores familiares, culturais e sociais das crianças estão sendo corrompidas pela sociedade. Elas estão chegando à escola cheias de conflitos e necessidades físicas, intelectuais, emocionais e afetivas, e para que o docente possa atendê-las é preciso ter conhecimentos teóricos, científicos, filosóficos e experiências. Ninguém melhor para lidar com todas essas situações, senão o pedagogo. Como afirma Mello (2006, p. 23): “[...] pedagogo que tenha qualificação para o cuidado e a educação de criança em instituição”.

Muitos confundem a função do pedagogo em relação à educação. Os pais estão deixando de exercer a função de ensinar valores aos seus filhos, pensando ser este um papel da escola. Além disso, o pedagogo é ainda visto como o cuidador das crianças, ou seja, os pais deixam seus filhos nas creches e pré-escolas, para irem ao trabalho, sem saber, de fato, qual é o papel desempenhado pelo profissional da educação. Como afirma Ghiraldelli Júnior (2007, p. 12) “[...] o pedagogo não é mais quem serve de pajem da criança nem é o motorista que leva a criança à escola. Ele é o que lida com os meios intelectuais e técnicos que possibilitam o ensino e a aprendizagem de modo ótimo”.

A atuação do profissional especializado em creche e pré-escola faz toda diferença. E sua função é a de educar, cuidar e alimentar, algo primordial nesse processo, além dos cuidados que o educador deve ter para com a criança, propiciando na sala de aula brincadeiras e jogos, de maneira que desenvolva a aprendizagem significativa. Cuidar é entender a criança e auxiliá-la no desenvolvimento das suas capacidades.

Estes cuidados incluem afetos, aspectos biológicos e corporais.

> Uma criança saudável não é apenas aquela que tem o corpo nutrido e limpo, mas aquela que pode utilizar e desenvolver o seu potencial biológico, emocional e cognitivo, próprio da especial humana, em um dado momento histórico e em dada cultura (BRASIL, 1998b, p. 50).

O pedagogo tem conhecimentos competências e habilidades para perceber a criança de forma ampla. Isso porque as teorias de aprendizagem

ensinam ao profissional compreender em que fase de desenvolvimento a criança se encontra, o que possibilitará a ela o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa. Nesse contexto entende-se a criança como sujeito ativo e social, que aprende por meio das interações. “[...] competência se faz por meio do envolvimento do sujeito à prática, que é construída e reconstruída por uma reflexão sobre a ação do sujeito”. (CAMPOS, 2009, p. 90).

O pedagogo sabe a verdadeira importância da linguagem para a criança, sabe que é um período marcante na vida das crianças de 02 (dois) a 05 (cinco) anos de idade, fase em que elas aprendem os primeiros sons, palavras e frases.

Como afirma Libâneo (2008, p. 62):

> [...] O pedagogo entra naquelas situações em que a atividade docente extrapola o âmbito especifico da matéria de ensino: na definição de objetivos educativos, nas implicações psicológicas, sociais, culturais no ensino, nas peculiaridades do processo de ensino e aprendizagem, na detecção de problemas de aprendizagem entre os alunos, na avaliação, no uso de técnicas e recursos de ensino e etc.

O pedagogo é mais do que um ministrador de conteúdo ou de uma disciplina especifica, é um profissional competente com diferentes habilidades, proporcionando aos alunos de creche e pré-escola atividades que favoreçam o seu crescimento e seu desenvolvimento intelectual e social. É nesse processo que a criança vai adquirindo a capacidade de analisar, entender e levantar hipótese, assim ela irá demostrar ser sujeito ativo.

O pedagogo é competente em seu trabalho tem a capacidade de criar alternativa interessante para mantera atenção das crianças sempre pela forma dinâmica. Nesse sentido, o pedagogo deve dispor de tempo, de boa vontade; deve saber se relacionar com as mesmas e amar o que faz. Dessa forma, “Competência é agir com eficiência, utilizando com propriedade, conhecimentos e valores na ação que desenvolve e agindo com a mesma propriedade em situações diversas”. (CRUZ, 2002, p. 31).

O pedagogo é conhecedor, de modo geral, das suas competências. Ele deve perceber que só por meio de uma educação de qualidade as crianças terão a capacidade de se desenvolver e realizar-se como pessoa, conhecedoras de seus direitos e deveres, cumprindo seu papel enquanto cidadãos.

Nessa perspectiva, o pedagogo não é apenas um orientador, mediador do conhecimento, mas um facilitador, que deve fazer parte do ambiente educativo,

enquanto ser social, responsável e livre, capaz de refletir sobre suas atitudes e valores constituídos no processo educacional. Se o educador trabalhar com competência e habilidade, terá avanço naquilo que almeja alcançar.

A esse respeito, Oliveira (2008, p. 124) afirma:

> Assim, o educador deve conhecer não só teoriassobre como cada criança reage e modifica sua forma de sentir, pensar, falar e construir coisas, mas também o potencial de aprendizagem presente em cada atividade realizada na instituição de educação infantil. Deve também refletir sobre o valor dessa experiência enquanto recurso necessário para o domínio de competências consideradas básicas para todas as crianças terem sucesso em sua inserção em uma sociedade concreta.

As competências do profissional estão pautadas na construção de sua identidade, nos conhecimentos que foram formalizados durante a sua formação no curso de graduação, baseada em teorias, pesquisas, estágio, experiências e práticas. Todo esse conteúdo vai ajudá-lo no fazer de sua prática em sala de aula.

Para que realmente aconteça um ensino de qualidade, é preciso que o educador assuma seu compromisso profissional, estando sempre atualizado, sendo reflexivo, produtivo, investigador e afetivo, fazendo transposição didática e sendo observador. Desse modo, as competências do pedagogo, segundo Albert Einstein (2007 apud HENGEMÜHLE, 2010, p. 133), diz respeito: “A arte suprema do mestre consiste em despertar o gozo da expressão criativa e do conhecimento”.

Nesse sentido, as habilidades são a capacidade que o pedagogo tem de organizar a ação educativa, para possibilitar e desenvolver nos alunos aptidão e destreza na solução de problemas que surgem no contexto escolar, a fim de torná-los aptos aos diversos conhecimentos. Como afirma Cruz (2002, p. 49), “As habilidades, ou o saber-fazer são os componentes da competência explicitáveis na ação”.

As contribuições do pedagogo na formação dos alunos de creche e pré-escola têm importância nas relações afetivas individuais e coletivas, especialmente naquelas desenvolvidas pelo adulto com as crianças e delas entre si. Ele sabe priorizar em suas práticas o desenvolvimento emocional, além de outros aspectos fundamentais, pela realização de momentos prazerosos e lúdicos em sala de aula.

Para Ferreira, Vitória e Goulardins (2006, p. 47):

> Na creche ou pré-escola, os principais período de adaptação da criança, da família e do educador ocorrem quando a criança entra na creches, [...] Os momentos iniciais na creche exigem sempre um esforço de adaptação da criança, da família e daqueles que assumem seus cuidados.

O que os autores acima afirmam diz respeito à aprendizagem das crianças pequenas, com o propósito de desenvolver estruturas do pensamento, linguagem, o que é primordial na construção das capacidades, na formulação de conceitos e até mesmo para melhorar o raciocínio, de forma que haja um aprendizado significativo dos conteúdos ensinados. Nesse sentido, a criança precisa estar em contato direto com a sociedade da qual faz parte.

Os conhecimentos psicológicos permitem ao pedagogo identificar alguns fatores que interferem ou favorecem a aprendizagem de alunos na primeira infância. Este profissional, por meio de observações e registros, consegue detectar dificuldades de aprendizagem, levando em consideração que as crianças de creches da faixa etária 0 (zero) a 03 (três) anos devem ser estimuladas a desenvolver a coordenação motora, estrutura corporal, organização espacial, temporal e perceptiva. Esses conhecimentos adquiridos pelo educador são importantes para a formação da sua consciência quanto à responsabilidade que tem no desenvolvimento físico da criança.

Para Romonowski e Rosenau (2006, p. 24), "[...] compreender os princípios básicos das teorias de aprendizagem é fundamental para que o docente possa perceber como ocorrem os processos de aprendizagem significativa [...]".

A contribuição do pedagogo para crianças de creches acontece através brincadeiras e exercícios que as levam a conhecer seu próprio corpo, estimulando a organização e a formação da inteligência, dos movimentos, do equilíbrio sócio-afetivo, valorizando a sua autoestima e favorecendo a interação em grupo.

Os profissionais da creche devem ter a preocupação de organizar um ambiente afetivo e acolhedor, de forma integradora. Nesses espaços, os cuidadores devem determinar uma rotina a ser seguida com as crianças. É necessário considerar os direitos e deveres, e certos cuidados com relação ao seu bem-estar intelectual e social. "O papel do educador será, então, agir no sentido de contribuir para a conquista da autonomia moral, intelectual, social e afetiva da criança, compreendendo-a em sua totalidade". (LOBO, 1996, p. 19).

Nessa etapa, portanto, o pedagogo tem um papel fundamental com as crianças da creche nos cuidados com: a higienização, alimentação, banho, sono e repouso, assim, em relação a acidentes e primeiros socorros, ele está qualificado para lidar com todas essas situações e atender às necessidades básicas, indispensáveis no processo de desenvolvimento e aprendizagem da criança de zero

a três anos. “[...] toda a equipe da creche deve ser treinada na adoção de medidas de rotina [...]”. (RIZZO, 2010, p. 221).

A pré-escola é um local de descobertas, de busca de conhecimento e experiências. Nesta etapa, detectam-se as dificuldades possíveis de aprendizagem da criança, tais como físicas, emocionais, intelectuais e sociais. A criança não é um ser pronto e acabado e sim um ser em desenvolvimento, dotado de capacidades e sentimentos, ou seja, um sujeito ativo.

As crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos de idade começam a descobrir suas capacidades de interação, movimento, raciocínio, percepção e linguagem; começam os primeiros rabiscos. “A criança deixa de ser vista como um adulto em potencial, sendo assumida como sujeito que se constrói em interação com a vida social da qual é parte”. (ESTEBAN, 2005, p. 31).

O pedagogo contribui para a construção da personalidade das crianças de pré-escola, agindo de forma competente com elas que se encontram nessa etapa de vida escolar. Ele é um especialista na área e sabe do seu papel na vida de cada criança.

Assim, o pedagogo é capacitado durante sua formação, para lidar com a criança em seu contexto e sabe que não há salas de aula homogêneas que possibilitem ensinar todos da mesma forma e no mesmo ritmo. Portanto, é indispensável a valorização deste profissional.

> [...] A pré-escola torna-se mais um espaço de descoberta sobre a vida. Espaço privilegiado, pois ali se reúnem crianças diversas, com informações, realidades e curiosidades diferentes, que interagem entre si e com a professora, que também traz suas experiências e conhecimentos acumulados. Juntos, constroem novos conhecimentos e se apropriam dos conhecimentos disponíveis, que se revelam pertinentes para o grupo de crianças. (ESTEBAN, 2005, p. 34).

Na pré-escola, toda atividade realizada pelo pedagogo deve ter o objetivo de proporcionar aprendizagem significativa para a criança. Por isso ele deve usar diversas metodologias e procedimentos, para que possa conhecer as habilidades de cada criança. Pode, por exemplo, utilizar-se dos jogos e brincadeiras, da diversidade musical, para desenvolver os movimentos, para fazer com que a criança adquira a noção de regra, de companheirismo, entre outros.

Além disso, tais atividades proporcionam o desenvolvimento do raciocínio, da percepção, da coordenação motora e da maturidade, além de contribuírem para a construção da autonomia, da criticidade e flexibilidade.

Segundo Esteban (2005, p. 35), “[...] a criança vê seu movimento por saber valorizado e consegue pensar sobre a aprendizagem que já fez e sobre os limites desta aprendizagem [...]”.

Vale ressaltar que a linguagem e a escrita começam a aparecer, ou a serem despertadas pelo educador que valoriza a importância da leitura e escrita na vida dos pequenos. Ainda que as dificuldades sejam bem visíveis na pré-escola, cabe ao docente estimular e elevar a autoestima dos alunos, a fim de proporcionar momentos prazerosos de aprendizagem.

De acordo com Perez (2005, p. 103):

> O processo de aquisição da linguagem escrita é um processo de expansão e de extensão de um modo de descobertas. Falar, ler e escrever são instâncias de desenvolvimento integral do sujeito. Nas produções das crianças observamos o ato de conhecer, conhecer não apenas a escrita da palavra, mas o mundo.

A contribuição do pedagogo para a formação dos alunos de creche e pré-escola, no desenvolvimento de suas competências e habilidades, tem sido fundamental para a vida das crianças, tem proporcionado o desenvolvimento integral das mesmas, tem permitido que sejam sujeitos ativos e desenvolvidos, e a aprendizagem tem sido significativa, sem traumas e punição.

É nesse sentido que o construtivismo permite a construção do conhecimento por elas mesmas, considerando-se seres inteligentes e capazes. Hoje, podem ser crianças e aprenderem sem perder a infância e o prazer. Nesse sentido, ser pedagogo é possibilitar o novo, formar pessoas que serão brilhantes, é atuar de forma direta na construção de uma nova sociedade.

2.3.1 Revisões de estudos sobre a contribuição do pedagogo na Educação Infantil

O trabalho apresentado é resultado de uma investigação bibliográfica sobre a contribuição do pedagogo na Educação Infantil. Foi realizado no período de 21 de Abril a 15 de junho e 2013, por meio de investigação e leituras de artigos e resenhas nos bancos de dados da *Scientitic Eletrronic Library Online-Scielo* e no Navegador *Explore Web*, conhecido no modo popular como “buscador diretório” – Google Acadêmico.

Nessas buscas, foram encontrados 50 (cinquenta) trabalhos, entre artigos e resenhas, utilizando-se as palavras-chave: Pedagogo, Pedagogia, Educação

Infantil e Contribuição, dos quais apenas 12 (doze) se alinharam ao tema em estudo, contribuindo de forma significativa para o enriquecimento da investigação cidadão.

Tomou-se como base o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil-RCNEI, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBEN nº 9.394/96, Constituição Federal 1988, Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA.

Todos os trabalhos pesquisados foram lidos, e aqueles considerados relevantes para a investigação, nas discussões em grupo, fez-se uma breve síntese, para melhor entendimento. Buscou-se considerar os trabalhos já publicados, que tinham concordância ao que se estava pesquisando. E nesse aspecto, muitas foram as contribuições dos artigos e resenhas lidos, cujos autores e autoras tornaram-se o alicerce teórico para a investigação.

Por meio das leituras, percebeu-se que são muitos os desafios enfrentados pelo pedagogo na Educação Infantil, que ainda é visto, de forma deturpada, como cuidador da criança e não como mediador e facilitador da aprendizagem.

A investigação teve como propósito analisar a função do pedagogo no atendimento a criança de 0 (zero) a 05 (cinco) anos, pesquisando-se nos referenciais teóricos em questão, buscando compreender a contribuição do pedagogo na formação do aluno da Educação Infantil. Segundo Fruhling *et al* (2013), percebe-se que a função do pedagogo é desafiadora, no sentido de que ele deve contribuir diretamente na formação do aluno da Educação Infantil, promovendo uma aprendizagem significativa.

Pimenta (2004) defende o curso de pedagogia como uma ciência da educação e o pedagogo como profissional da educação infantil. A leitura do artigo “Pedagogia: sobre Diretrizes Curriculares” foi fundamental para o aprofundamento desta investigação quanto à visão de prática social da educação e do poder que tem de transformar e “humanizar o ser humano”, como profissional competente e na sua contribuição para o desenvolvimento do educando. Enfatizando que “o pedagogo atua em quaisquer circunstâncias em que se fazem necessárias ações educativas”.

Rocha (2006) discute a identidade da pedagogia na Educação Infantil, no estudo que compreende o campo da pedagogia relacionado aos conhecimentos filosóficos, didáticos, saberes psicológicos e principalmente os saberes adquiridos na prática. Esse serve de práxis para profissional exercer a ação docente. “A

pedagogia pode afirmar-se pelo o estudo da experiência educativa [...]". (MASSA apud ROCHA, 2013, p. 03).

Libâneo (2013) vem colaborar para o entendimento existente da pedagogia como campo educacional que se dedica em estudar sistematicamente as práticas pedagógicas, a importância dos conhecimentos específicos da profissão de pedagogo e a preparação deste para atuar nos âmbitos educacionais. O autor afirma: "[...] que justifica a existência da pedagogia é o fato de este campo ocupar-se do estudo sistemático das práticas educativas que se realizam em sociedade como processos fundamentais da condição humana". (LIBÂNEO, 2013 [n.p.].).

Nessa perspectiva, a pedagogia abrange conjuntos de conhecimentos metodológicos, com objetivos, métodos e técnicas, procedimentos indispensáveis à formação docente, pois o mesmo deve estar habilitado a entender o contexto, a realidade na qual suas atividades acontecem, com os problemas a serem investigados pela ciência pedagógica.

Savian e Corte (2013) contribuem significativamente, porque estabelecem inter-relação entre o contexto teórico e prático por meio de uma pesquisa de campo. Em seu artigo "A formação do pedagogo e os saberes para a docência na educação infantil" defende "que os saberes do pedagogo são à base de sua prática educativa", ressaltando ainda na importância do cuidar e do educar, sendo estas ações indissociáveis no desenvolvimento e na construção da aprendizagem da criança.

Percebe-se, então, que o pedagogo precisa estar apto a atender às necessidades da criança, como também deve zelar pela saúde e pelo afetivo, respeitando o aspecto o intelectual e emocional da criança.

O Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil é um documento de suma importância para o auxílio e prática do pedagogo em sala de aula, principalmente para atuação em creche e pré-escola, haja vista que a missão dos profissionais das creches e pré-escolas é de educar, cuidar e alimentar, fatores eficazes para o desenvolvimento e aprendizagem das crianças.

Sousa (2013, p. 25), ao tratar do tema defende que:

> O RCNEI valoriza a socialização e a discussão, propondo orientações curriculares tendo como embasamento o processo de desenvolvimento e de aprendizagem da criança, buscando a perspectiva construtivista. Este é um instrumento de reflexão do cunho educacional da educação infantil, respeitando os estilos pedagógicos e a diversidade cultural. Porém, apesar deste referencial subsidiar e instrumentalizar os profissionais, atuantes nesse nível escolar, não é de cunho obrigatório.

As propostas e orientações sugeridas pelo Referencial, segundo a autora, são essenciais para que haja desenvolvimento integral da criança, sendo que toda atividade de ensino deve ser dirigida e realizada de forma a possibilitar a construção de conhecimentos pelas próprias crianças. O RCNEI deve ser entendido como um suporte para prática educativa dos profissionais da Educação Infantil.

Scheibe e Aguiar (2013) ressaltam a importância da formação de profissionais da educação e destacam a necessidade de profissionais competentes e habilitados para atuar na Educação Infantil. Nesse sentido, o curso de pedagogia por meio de um currículo dinâmico tem formado este perfil de profissional em meio aos desafios da educação e diante das novas diretrizes curriculares do curso, o que tem aperfeiçoado e contribuído na construção da identidade do pedagogo e, consequentemente, na melhoria da Educação Infantil no país, em todos os aspectos.

Como afirmam Scheibe e Aguiar (2013, p. 232 grifo do autor):

> [...] o curso de pedagogia destina-se á formação de um "profissional habilitado a atuar no ensino, na organização e na gestão de sistemas, unidades e projetos educacionais e na produção e difusão do conhecimento em diversas áreas da educação [...]".

O conhecimento das disciplinas oferecidas no curso de Pedagogia é essencial para formar um profissional capacitado para atuar na Educação Infantil.

Nesse contexto, as teorias do desenvolvimento de Piaget contribuem para a identificação das fases de desenvolvimento em que se encontram as crianças, para facilitar o ensino e aprendizado significativo em creche e pré-escola. Por outro lado, o interacionismo de Vygotsky afirma que a criança aprende em meio social e em interação como ser. Também é importante buscar realmente saber se estas teorias são usadas ou não na prática desses profissionais da Educação Infantil.

Como afirmam Ribeiro e Mendes (2013, [n.p.]) "[...] podemos perceber que no cotidiano do professor da educação infantil [...] a utilização das Teorias Psicológica Cognitivista e Sócio Histórico especialmente as de Piaget e Vygotsky estão presente na pré-escola [...]". A contribuição dos processos metacognitivos na formação do pedagogo diz respeito à reflexão de como estes incidem na formação e no progresso da aptidão de conhecimentos de professores do curso de pedagogia, que se tornam sujeitos do desenvolvimento de aprendizagens, sabendo qual a melhor forma de aprender e de como ensinar os seus alunos.

Como afirma Romanowski e Rosenau (2006, p. 25), "Os processos metacognitivos indicam possibilidades da formação do aluno autônomo [...]".

Santos (2013) acrescenta muito ao trabalho, ao promover uma retrospectiva da história da Educação Infantil no Brasil, nos XIX e XX, e dos fatores sociais e econômicos que elencaram o surgimento das creches e jardins de infância.

No século XIX, eram atendidas somente crianças das classes mais carentes, com intuito de fornecer assistência para os filhos das operárias. Já no século XX, a educação de crianças pequenas passou a ser reconhecida como parte do processo educativo, crescendo o número de creches e pré-escolas no país. A autora propõe uma reflexão sobre a quantidade de crianças, em pleno XXI, sem acesso à educação e impossibilitada de se edificar como sujeito de direito, realidade de muitas famílias naquele século.

Santana (2013) descreve a história da Educação Infantil no Brasil tendo como foco a investigação das concepções de infância da educação brasileira, ressaltando diferentes etapas da função da pedagogia jesuítica, passando por todos os trajetos até chegar à atualidade, quando o sujeito passa a ser considerado cidadão de direito. Percebeu-se a forma como eram ministradas as aulas e de como era tratada a criança pequena, especialmente pelos profissionais que não consideravam as crianças seres dotados de capacidades e potenciais para aprender.

Paschoal e Machado (2013) abordam sobre: A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional, fazendo uma relação do estudo com o tema da investigação, contribuição do pedagogo na educação infantil. Percebeu-se que a criança nem sempre foi vista como sujeito de diretos, dando à família a responsabilidade de educar sozinha.

Com o surgimento do movimento da escola nova travaram-se muitas lutas e desafios, o que fez com que o Estado garantisse na lei “a todos uma educação de qualidade”, especialmente para as crianças.

Portanto, conclui-se nessa investigação bibliográfica sobre a contribuição do pedagogo na Educação Infantil, que o grande desafio da Educação Infantil é garantir que no interior da creche e da pré-escola, a qualidade do ensino seja efetivada, possibilitando o desenvolvimento integral das crianças, em um ambiente propício e dinâmico, que beneficie a aprendizagem.

Para isso, é necessário que o profissional tenha sensibilidade para perceber sua importância para a educação e o quanto seus conhecimentos

científicos, filosóficos, psicológicos e didáticos são determinantes para formação das crianças na faixa etária de 0 (zero) a 05 (cinco) anos de idade.

Durante a investigação percebeu-se as dificuldades e desafios que a Educação Infantil enfrentou em sua trajetória, para que a criança se tornasse sujeito de direito e tendo o reconhecimento de suas capacidades cognitivas e sociais.

Pôde-se refletir melhor sobre a prática dos pedagogos na Educação Infantil e seu papel fundamental na formação da cidadania, identificou-se que o curso de pedagogia tem se preocupado em formar profissionais habilitados e competentes em relação à formação teórica e pratica do profissional da educação.

As contribuições do pedagogo na formação dos alunos de creche e pré-escola são imensas no que diz respeito ao desenvolvimento integral das mesmas em todos os aspectos, contribuindo para que sejam vistas como sujeitos críticos, autônomos, intelectuais e emocionais, sem perder a infância.

3 MÉTODO

Quanto ao método, sabe-se que é um processo necessário para chegar-se a determinado fim ou resultado desejado. Entende-se por método a forma de selecionar técnicas, de avaliar alternativas para uma pesquisa, dependendo essencialmente do objeto pesquisado. Funciona como o conjunto de processos intelectuais e técnicos que devem ser seguidos para se atingir o conhecimento, etapas ou passos que precisam ser adotados para a realização da pesquisa.

Como afirma Lakatos e Marconi (2011, p. 90) “[...] o método caracteriza-se por uma abordagem mais ampla, em nível de abstração mais elevado dos fenômenos da natureza e da sociedade”. Com base no que os autores afirmam, o método precisa ser organizado de maneira extensa, para que o estudo tenha características e procedimentos metodológicos na investigação de modo geral, pois o pesquisador tem que ser cuidadosamente fiel ao objeto observado, para evitar erros durante a realização do processo investigativo, independentemente do que se pretende descobrir, tendo como objetivo aproximar-se das respostas e chegar à verdade dos fatos.

Na elaboração do trabalho e nas pesquisas utilizou-se uma abordagem qualitativa, tendo-se a preocupação de analisar e interpretar aspectos mais profundos focando nos detalhes da investigação, considerando-se que existe uma relação entre o mundo e o sujeito, que não pode ser traduzida em quantidade. Como afirma Triviños (2010, p. 131), “[...] a pesquisa qualitativa não segue sequência tão rígida das etapas assinaladas para o desenvolvimento da pesquisa quantitativa”.

3.1. Procedimento metodológico

O procedimento técnico adotado neste trabalho é o bibliográfico, sem pesquisa de campo, ou seja, trata-se de uma revisão de literatura, realizada por meio de levantamentos referenciais a partir de fontes secundárias que discorrem sobre o tema: Contribuição do pedagogo na Educação Infantil. Cabe ressaltar que para o estudo do trabalho em questão recorreu-se a uma vasta literatura a respeito do tema, de forma a refletir na qualidade e na análise sistemática da pesquisa, com o intuído de buscar elementos para elucidar as questões.

Assim, Gil afirma que, “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base

em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos". (2002, p. 44). Trata-se de uma revisão de literatura, realizada por meio de referenciais como: livros, revistas, artigos, resumos, dicionário, enciclopédias, sites e banco de dados de teses e dissertações, entre outros textos que tratam do assunto em pauta. A pesquisa foi baseada em levantamentos teóricos e em trabalhos que já foram publicados. Os pesquisadores, através de pensamento crítico e reflexivo seguindo etapas de leituras e técnicas de procedimentos, organizaram o trabalho de forma racional e descobriram as respostas ao problema investigado.

A escolha dos procedimentos se deu pelo fato de estes possibilitarem uma compreensão mais ampla da importância do pedagogo na formação do aluno da Educação Infantil, visto que para alcançar os objetivos propostos e resolver o problema da investigação, chegando-se aos resultados da pesquisa, os métodos e procedimentos escolhidos foram fundamentais.

De acordo com Lakatos e Marconi (2006, p. 43): "A pesquisa pode ser considerada um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais". Segundo os autores acima, toda pesquisa precisa ter especialidade metódica, de modo que possa compreender e analisar o objeto estudado, partindo-se de um problema com a finalidade de solucioná-lo.

Existem diversos tipos de pesquisas e os critérios usados para classificação variam de acordo com o objeto pesquisado e o resultado que se quer obter. Nesse sentido, para melhor entendimento, optou-se por uma abordagem qualitativa, necessária a uma estruturação prévia sobre o objeto estudado e para organização dos conteúdos de forma maleável em relação à circunstância e a realidade. Como afirma Triviños (2010, p. 133):

> É interessante salientar, uma vez mais, que o pesquisador, orientado pelo enfoque qualitativo, tem ampla liberdade teórico–metodológica para realizar o estudo. [...] deve ter uma estrutura coerente, consistente, originalidade e nível de objetivação capazes de merecer a aprovação [...].

Quanto ao objetivo da pesquisa foi explicativa, pois objetiva identificar os fatores que determinam fenômenos, explicar claramente uma teoria de forma a permitir que o outro compreenda. Explica Lakatos (2009, p. 24) que: "Escolhida a obra ou selecionado o texto, que deve ter sentido completo, procede-se à leitura integral do mesmo, para se ter uma visão do todo". Diante desse posicionamento, acredita-se que os textos vêm contribui para a compreensão de maneira global.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

Como resultado, chegou-se à conclusão de que é fundamental a ação pedagógica na formação de alunos de creches e pré-escolas. O pedagogo é um profissional competente e habilitado para lidar com as crianças de 0 (zero) a 05 (cinco) anos de idade, diante de diferentes situações, que requerem conhecimentos psicológico, cientifico, filosófico, social e didático, em todos os aspectos: físico, emocional, intelectual e social, com o uso de materiais didáticos apropriados, com atividade lúdicas, respeitando os conhecimento já existentes, proporcionando um ambiente adequado para promover a independência das crianças.

Entendeu-se a importância das teorias de desenvolvimento de Piaget, Vygostsky e Wallon para o ensino e aprendizagem significativa das crianças de creche e pré-escola, conhecimento estes indispensáveis para os profissionais da Educação Infantil, pois têm permitido entender a criança em todos os aspectos físicos, intelectuais, emocionais, biológicos, sociais e culturais.

A investigação possibilitou um entendimento do Curso de Pedagogia como campo de estudo da educação e de construção do conhecimento, que parte das teorias para as práticas educativas e sociais da educação, que visa ao processo de aprendizagem. As diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia permitem reconhecimento sobre as competências e habilidades dos licenciados em Pedagogia que podem atuar na Educação Infantil e no início do Ensino Fundamental, Gestão administrativa e pedagógica como supervisor e coordenador pordendo também atuar em outras instituições não educativas como ONG's, igrejas, empresas, sindicatos, entre outros.

O curso de Pedagogia tem um importante papel na formação dos profissionais, pois possibilita os conhecimentos teóricos, científicos, filosóficos, metodológicos, psicológicos que norteiam o exercício prático do pedagogo que trabalha com criança de creche e pré-escola. Permitindo-o compreender, valorizar e possibilitar o desenvolvimento da aprendizagem de cada criança, buscando o seu desenvolvimento integral.

No decorrer da investigação compreendeu-se o quanto é fundamental os conhecimento oriundos da legislação que assegura a educação no Brasil, sabendo que a educação no Brasil passou por grandes percalços e desafios, especialmente a Educação Infantil. A Constituição Federal de 1988 abriu o *link* de direitos, fazendo da

educação, no seu artigo 205 um direito de todos e obrigação do Estado.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) vem reafirmar o direito à educação às crianças e aos adolescentes e garantir a todos os direitos pertencentes a elas, tal como; assistência médica, saúde, moradia, esporte e lazer, a profissionalização, a dignidade, a liberdade, a vida e de conviver em família. A Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional (LDBEN nº 9.394/96) colocou a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica e designou a educação de crianças para creche e pré-escola.

A investigação permitiu a compreensão do cuidar, educar e alimentar como fatores indissociáveis do processo de ensino e aprendizagem, compreensão esta alcançada através da leitura e estudo do Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI).

Portanto, compreendeu-se as contribuições do pedagogo para a formação de alunos de creche e pré-escola uma vez que está apto para ensinar e compreender a criança em sua totalidade e preparado para ser formador de cidadãos críticos reflexivos, para que o educando passa viver e conviver na sociedade, para serem sujeitos ativos e pensantes.

O pedagogo é habilitado em licenciatura plena em pedagogia, e sua formação lhe permite adquirir conhecimentos específicos para atuar na formação integral da criança, perceber esta de forma física, emocional, intelectual, social e cultural, saber qual a fase que a mesma se encontra e conhecer seu processo de desenvolvimento e crescimento, consciente da importância das atividades lúdicas na construção do saber infantil.

Compreendeu-se que o pedagogo é o profissional mais habilitado e preparado para trabalhar em creche e pré-escola, pois o educar é mais do que transmitir conhecimentos, é cuidar e alimentar tarefas ensinadas e aprendidas pelos profissionais que são indispensáveis para o desenvolvimento pleno da criança.

Este estudo trouxe uma melhor compreensão do que é ser pedagogo, de suas responsabilidades com a formação de crianças, que são sujeitos autônomos, críticos, reflexíveis, que poderão, futuramente, atuar na sociedade com sua diversidade cultural. Ser pedagogo não é só mediar o ensino e a aprendizagem, é formar seres humanos que tenham como propósito mudar o meio em que vivem, convivem e/ou conviverão.

5 CONCLUSÃO

No decorrer da elaboração do trabalho de conclusão de curso optou-se por procedimentos técnicos bibliográficos sem pesquisa de campo, buscou-se compreender as contribuições do pedagogo na Educação Infantil, ou seja, como este contribui na formação de alunos de creche e pré-escola e quais são os saberes necessários que trazem para desenvolver um ensino de qualidade. Para tanto se fez necessário um levantamento bibliográfico através de leituras de livros, teses, dissertações, artigos e resenha que facilitaram a compreensão do estudo.

Nessa Investigação, buscou-se responder o problema e o objetivo proposto, que era de compreender a importância do pedagogo na formação dos alunos da Educação Infantil, o qual possibilitou a compreensão do pedagogo como o profissional legalmente habilitado para atuar nessa modalidade, pois contribui para a formação e desenvolvimento da criança de creche e pré-escola em todos os aspectos: físico, emocional, intelectual e social. Desse modo, o curso de pedagogia é essencial na formação inicial do pedagogo, na construção de sua identidade profissional e dos saberes necessários para atuar na Educação Infantil.

A contribuição do pedagogo junto a crianças de creche e pré-escola é fundamental, sendo necessário que este profissional tenha conhecimento sobre a infância e de como o conhecimento se processa na criança, bem como os estímulos necessários e a forma de fazê-la avançar. Desse modo, evidenciou-se a concepção da criança e procurou-se demonstrar também a indissociabilidade entre cuidar, educar e alimentar, percebendo-se que não há gesto de educar desvinculado de cuidados.

Ficou evidente que o pedagogo precisa muito mais do que carisma ou dom, intuição, experiência, ou simplesmente conhecer os conteúdos disciplinares. Entre esses e outros saberes, ele necessita compreender a sua formação multifacetada, a abrangência e a importância dessa formação nos contextos de atuação e na preparação dos alunos para o ingresso no Ensino Fundamental.

Porém, em sua defesa pontua-se que o pedagogo precisa ter consciência de sua responsabilidade, no sentido de procurar conhecer a realidade escolar para melhor desenvolver seu trabalho.

Assim, o pedagogo tem importante papel no que tange às políticas públicas e educacionais, pois é ele, como profissional da educação, quem planeja a

chegada das crianças, as atividades lúdicas e os momentos de alimentação, lazer e higiene, entre outros, tendo como ponto de partida e de chegada as potencialidades e necessidades das crianças.

Destaca-se que é importante promover a interrelação entre os aspectos que envolvem cuidar e educar, uma vez que o profissional ao realizar ações que envolvem cuidados, deve conectar essas ações aos aspectos educacionais, ou seja, potencializar a criança para que esta possa aprender a cuidar de si mesma e a relacionar-se adequadamente com os outros.

Pontua-se que os saberes do pedagogo são a base de sua prática educativa e, sendo assim, é indispensável que este tenha consciência de quais conhecimentos precisa ter, ou adquirir, para atuar na educação infantil.

Como proposta, sugere-se, em caráter prioritário, que atue na educação infantil somente profissional habilitado, com licenciatura plena em pedagogia, devido as exigências legais e operacionais do exercício do magistério nessa etapa da educação básica.

Sugere-se também que pedagogos da Educação Infantil busquem formação continuada, pois o processo de ensino e aprendizagem é uma metamorfose, ou seja, está sempre em transformação, além disso, o pedagogo que escolher atuar nessa modalidade precisa ter vocação, habilidade e amar o que faz.

É indispensável na educação de crianças de 0 (zero) a 05 (cinco) anos o aprofundamento de conhecimentos como: psicopedagogia, alfabetização e letramento, educação inclusiva, entre outros, pois estes são fundamentais para compreender, e entender a criança em sua totalidade.

É necessário que a ludicidade esteja presente em todas as atividades realizadas em sala de aula, visto que nessa faixa etária a criança aprende mais e melhor por meio do que vê e do que pratica.

Diante disso, o pedagogo é o profissional que está habilitado por conhecer as especificidades e todas as fases de desenvolvimento da criança, sabe como desenvolver aprendizagem de forma prazerosa e significativa, preparando a criança desde cedo para atuar com competência e responsabilidade e de forma crítica e criativa.

REFERÊNCIAS

BOCK, Ana mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias:** uma introdução ao estudo de psicologia. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **LDB passo a passo:** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/ 96 comenta e interpretada, artigo por artigo. 4. ed. ver. e ampl. São Paulo: Avercampo, 2010.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**: promulgada em 5 de Outubro de 1988. 46. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil:** 1988-texto constitucional de 5 de Outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de n. 1, de 1992, a 52, de 2006, e pela Emendas Constitucionais de revisão n. 1 a 6, de 1994. 24 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2006a.

_____. Ministério da Educação; Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia.** Brasília-DF, MEC/CNE, 2006b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05_05.pdf> Acesso: 30 dez 2013.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Ministério da Educação, Associação de Comunicação Social. Brasília: MEC, 2005.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretária de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**: introdução. Brasília: MEC/SEF, 1998a.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretária de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**: formação pessoal e social. Brasília: MEC/SEF, 1998b.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretária de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**: conhecimento de mundo. Brasília: MEC/ SEF, 1998c.

CAMPOS, Casemiro de Medeiros. **Saberes docentes e autonomia dos professores**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

CRUZ, Carlos Henrique Carrilho. **Competências e habilidades:** da proposta à Prática. 3. ed. São Paulo; Loyola, 2002.

DANTAS, Heloysa. A afetividade e a Construção do Sujeito na Psicogenética de Wallon. In: LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta Kohl de; DANTAS, Heloisa. **Piaget, Vygotsky, Wallon:** terias Psicogenéticas em discussão. 22. ed. São Paulo: Summus, 1992.

ESTERBAN, Maria Tereza; Jogos de encaixa: educar ou formatar desde a pré-escola?. In: GARCIA, Regina Leite (Org.). **Revisitando a pré-escola**. 5. ed. São Paulo, Cortez, 2005.

FERREIRA, Maria Clotilde Rossetti; VITÓRIA, Telma; GOULARDINS, Liliane Gonçalves. Quando a criança começa a frequentar a creche ou pré-escola: Os **Fazeres na Educação Infantil**. In: Maria Clotilde Rossetti-Ferreira, MELLO, Ana Maria; VITÓRIA, Telma; GOSUEN, Adriano; CHAGURI, Ana Cecília. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FRUHLING, Alan Roberto. *et al*. O pedagogo e a educação infantil: limites, desafios e possibilidades. Acadêmico do curso pedagogia da Unioeste-extensão Santa Helena; 2007; Disponível em: <http://.scholar.google.com.br/> Acesso em: 05 jun 2013.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **O que é pedagogia**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6. ed. São Paulo. Atlas, 2002.

HENGEMÜHLE, Adelar. **Gestão de ensino e práticas pedagógicas.** 6. ed. Petrópolis, RJ: vozes, 2010.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI Marina de Andrade. **Metodologia cientifica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

_____. **Metodologia do trabalho cientifico:** procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 6 ed. São Paulo, Atlas, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos para quê**? 10. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Pedagogia e pedagogos: caminhos e perspectivas. In: PIMENTA, Selma Garrida. **Pedagogia e pedagogos**: caminhos e perspectivas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos; PIMENTA, Selma. Garrido. Formação dos profissionais: visão critica e perspectivas de mudanças. In: PIMENTA, Selma Garrido. **Pedagogia e pedagogos**: caminhos e perspectivas. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Pedagogia e pedagogos para quê?** Caderno de pesquisa. Disponível em:< http://www.scielo.br/.> Acesso em: 05 jun 2013.

LOBO, Luiz; Os caminhos do aprendizado. In: AROEIRA, Maria Luísa Campos; SOARES, Inês B.; MENDES, Rosa Emilia de A. **Didática de pré-escola:** vida criança: brincar e aprender. São Paulo: FTD, 1996.

MELLO, Ana Maria; Um diálogo com os diretores de creche e pré-escolas. Os Fazeres na Educação Infantil. In: Maria Clotilde Rossetti-Ferreira, MELLO, Ana Maria; VITÓRIA, Telma; GOSUEN, Adriano; CHAGURI, Ana Cecília; 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação infantil:** fundamentos e métodos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes. A historia da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional: **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas. Disponível em: <http:// www.histedbr.fae.unicap.br> Acesso em: 05 jun 2013.

PEREZ, Carmen Lúcia Vidal. Com lápis de cor e varinha de condão... um processo de aprendizagem da leitura e da escrita. In: GARCIA, Regina Leite. **Revisitando a pré-escola.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PIMENTA, Selma Garrido. Pedagogia: sobre diretrizes: Fórum Nacional de Pedagogia, Belo Horizonte, 2004. Disponível em : <http:\\ gie. espe.unb>. Acesso em: 01 jun 2013.

PIMENTEL, Alessandra; Vygostsky: uma abordagem histórico-cultural da educação infantil. In: OLIVEIRA, Formosinho Júlia; RISHIMOTO, Tizuko M; PINAZZA, Mônica A. **Pedagogia(s) da infância**: dialogando com o passado construindo o futuro. Porto Alegre: Artmed, 2007.

RIBEIRO, Cristiane; MENDES, Patrícia dos Reis. As contribuições de Piaget e Vygotsky para a formação do professor (a) da educação infantil de 0 a 6 ano. Disponível em: <http://.www.nead.unama.br> Acesso em: 01 jun 2013.

RIZZO, Gilda. **Creche:** organização, currículo, montagem e funcionamento. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

ROCHA, Eloiza Acires Candal. A pedagogia e a educação infantil. Disponível em: <http://www.ced.ufsc.br> Acesso em: 01 jun 2013.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ROSENAU, Luciana dos Santos. A contribuição dos processos metacognitivos na formação do pedagogo: Revista Intersaberes. 2006. Disponível em: <http:// grupouninter.com. br>. Acesso em: 01 jun 2013.

SANTANA, Djanira, Ribeiro; Infância e educação infantil no Brasil: percursos e percalços. Goiânia. Disponível em: <http://www.conhecer.org.br> Acesso em: 01 jun 2013.

SANTOS, Isis Flora. Como se deu o percurso da educação infantil no Brasil ao longo dos séculos XIX e XX?: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://.www.faced.ufu.br>. Acesso em: 05 jun 2013.

SAVIAN, Flavia Bianchin; CORTE, Marilene Gabriel Dalla. A formação do pedagogo e os saberes para a docência na educação infantil. Disponível em: <http://www.unifra.br> Acesso em: 05 jun 2013.

SAVIANI, Demerval. **Da nova LDB ao FUNDEB:** por uma outra politica educacional. 4. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SCHEIBE, Leda; AGUIAR, Márcia Ângela: Formação de profissionais da educação no Brasil: o curso de pedagogia em questão; Educação & Sociedade, ano XX Nº 68 Dez / 99. Disponível em: <http://.www.scielo.br>. Acesso em: 05 jun 2013.

SOUSA, Marlene Nascimento de. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: realidade ou utopia?. Disponível em: <http://www.nead.unama.br> Acesso em: 05 jun 2013.

TRIVIÑOS, Augusto Nilbaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2010.

VIEIRA, Fátima; LINO, Dalila. As contribuições da teoria de Piaget para a pedagogia da infância. In: OLIVEIRA, Formosinho, Júlia; RISHIMOTO, Tizuko M.; PINAZZA, Mônica A. **Pedagogia(s) da infância:** dialogando com o passado construindo o futuro. Porto Alegre: Artmed, 2007.